

Miséria ameaça sobrevivência dos guaranis

Carmem Cruz

A maior nação indígena brasileira, a dos guaranis, que no passado ocupava praticamente todo o estado de Mato Grosso do Sul e parte do sul do País, está com a sua sobrevivência física e cultural ameaçada. No Mato Grosso do Sul, onde estão concentrados os subgrupos guarani-caiova e guarani-nhandeva, suas terras estão ocupadas por grandes latifundiários. Expulsos, os índios se aglomeraram em algumas áreas como Dourados e Amambai, entregues à miséria crescente. Por vezes, se submetem ao trabalho semi-escravo nas usinas de álcool que se instalaram na região. Por outras, perambulam e se embriagam. E o número de suicídios entre eles permanece uma triste constante.

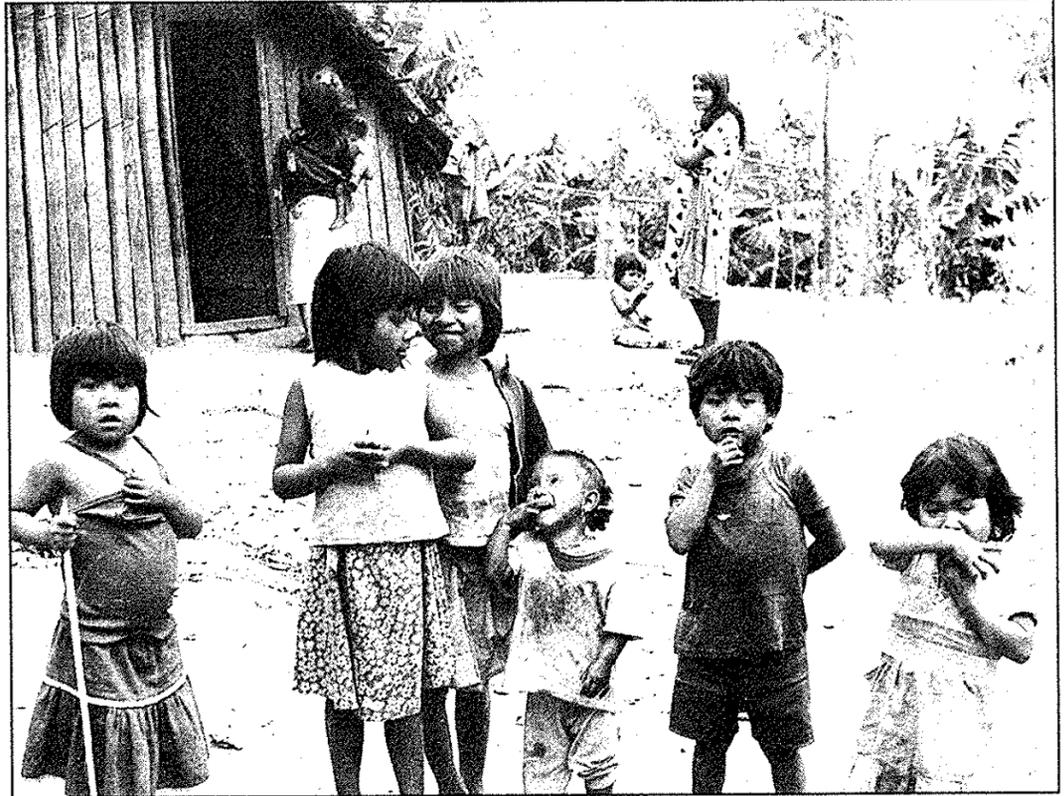
De 1986 até agora, 116 índios de todas as idades, e em maior quantidade os jovens, buscaram a morte se lançando nos rios, se envenenando ou se pendurando nas árvores, ou utilizando armas brancas para pôr fim à vida. Em 1987, o líder de Sete Cerros, Silvano Valiente, escreveu uma carta às autoridades, pedindo a demarcação das terras para o seu povo. E se enforcou. A situação

piorou em 1990 quando só em Dourados 20 índios suicidaram-se. Em todo o ano foram registrados 34 suicídios. No ano seguinte este número, conforme demonstrativo da Funai de Amambai, ficou em 23. Outros 21 suicídios aconteceram em 1992 e, no ano passado, 17 caiova e nhandeva se suicidaram.

No entendimento dos guaranis de que a terra é uma oferta divina para determinadas comunidades, e que por isso ela não deve ser trocada ou repassada a outros, pode estar a explicação para tantas mortes. De acordo com o antropólogo Celso Shitoshhi Aoki, do Projeto Caiova/Nhandeva que hoje se juntou ao Centro de Trabalho Indigenista (CTI), a religião dos guaranis é complexa e muito forte, que dá à vida uma visão holística do mundo. "Eles não entendem, por exemplo, porque é que os brancos fazem tanto mal a eles, porque acreditam que os guaranis, através de suas rezas, que sustentam a vida na Terra", destacou o antropólogo.

Celso Shitoshhi acredita que a integração compulsória das comunidades guaranis à aldeia de Dourados e outras pode ser um dos fatores para explicar os suicídios, assim como a cachaça e as igrejas pentecostais existentes na região, entretanto, não são fatores preponderantes. "Creio que os suicídios tenham a ver com a própria maneira que o guarani tem de encarar a vida, com a sua religiosidade", disse Shitoshhi, que discorda da psicóloga da Funai, Maria Aparecida da Costa Pereira, que num relatório de abril de 1991 assegurou que os guaranis estavam em crise de identidade ou perdendo a sua identidade e por isso se suicidavam.

Neste relatório, Maria Aparecida destaca que a situação dos guarani-caiova — o maior dos subgrupos guarani — é catastrófica. "É uma sociedade em crise econômica, política e social — que desencadeiam uma crise moral — com justaposições e contradições...". Segundo ela, os problemas dos guaranis teriam suas soluções primordialmente no "mágico-religioso" e que, atualmente, com a imposição de "uma ética não-índia ao seu universo mágico-religioso, notadamente por parte das seitas pentecostais", eles tinham duas alternativas: se reinventarem numa concepção cristã-ocidental ou se suicidarem, como alternativa de vida.



Aglomerados, os guaranis vivem em miséria, na região de Dourados e Amambai, no Mato Grosso do Sul

Suicídio é uma forma de pedir socorro

Para os guaranis, conforme a psicóloga Maria Aparecida da Costa, o plautio e religiosidade se complementam. Por isso, os arrendamentos das terras a não-índios também são um fator de destruturação. Na aldeia de Dourados, onde mais de sete mil índios se acotovelam, sem espaço para viver ou plantar, as seitas pentecostais encontram, de acordo com Maria Aparecida, "um ancoradouro... dado o estado de fragilidade do complexo de relações coletivas e interpessoais lá presente". Segundo ela, os próprios índios se reconhecem doentes, desorientados psicologicamente. Ela vê os suicídios como "mensagens de pedido extremo" dos jovens que já não dispõem de forças.

Aparecida lembrou que, numa grande reunião, um índio kaiowá disse: "Se não fizerem alguma coisa por nós é melhor apagar o sol", metaforizando, conforme o entendimento da psicóloga, um suicídio coletivo. Destacou que em função de todo o clima de suicídios de Dourados é preciso tomar medidas que garantam

condições mínimas ao exercício do direito de ser coletivo dos guaranis. O antropólogo Celso Aoki diz mais: afirma que os guaranis só poderão restabelecer o seu esquema sócio-político de manutenção de sua identidade étnica quando tiverem de volta a sua terra. "É o espaço definido pelo lugar onde os guaranis realizam o seu modo de ser, de viver, da tradição, dos costumes, o seu Tecoha".

Casos — Hélio Bonito tinha 66 anos. Marcinei de Souza, apenas 11. No ano passado, eles e outros 15 índios guaranis encontraram no suicídio a solução para a dor que sentiam. Hélio Bonito se jogou no rio e se afogou, enquanto o garoto Kaiowá, que também vivia na turbulenta aldeia de Dourados, situada a quatro quilômetros da cidade com o mesmo nome, se enforcou numa árvore. Numa mesma família, duas outras pessoas se mataram. No início de outubro, a garota Neide Peixoto se enforcou, também em Dourados. No dia seguinte, seu pai tomou veneno. Ainda em outubro, Ramon Garcia, de 48 anos, e Apa-

recido Barbosa, de 40, se enforcaram em Amambai. As tentativas de suicídio são muitas, assustadoras.

Em 1992, dos 21 suicídios registrados pelo Conselho Missionário Indigenista (Cimi) e pela Funai, 20 foram de guaranis. O outro foi do terena Janevan Rosa, de 13 anos, também morador de Dourados. Ele se enforcou. Além destes casos, três mortes por envenenamento entre os Yanomami parecem ter sido intencionais. Num dos casos, dez índios comeram ovos de sapo cururu, sabidamente venenosos. Dois morreram. E Piaba, 24 anos, cuja família foi dizimada, comeu mandioca brava.

A expectativa do Núcleo de Defesa do Índio e do Ministério Público de Mato Grosso do Sul e de demais instituições e entidades ligadas à problemática do guarani em Mato Grosso do Sul é a de que se consiga derrubar no STF os mandados de segurança dos fazendeiros, pois, se isso acontecer, os decretos de homologação vão ter maior força.

Juiz teme por benfeitorias

O Núcleo de Direitos Indígenas recorreu dessas decisões junto ao Tribunal Regional Federal da 3ª região, em São Paulo, mas lá, também, "os juizes inventaram uma moda, a de conceder o recurso só parcialmente" explicou Ana Valéria: "A Funai poderia colocar os marcos, mas não poderia colocar os índios nestas terras".

De acordo com Ana Valéria, o entendimento do juiz de São Paulo é o de que se os índios retornassem às suas terras poderiam danificar as benfeitorias que os fazendeiros fizeram, de boa fé, e que geram o direito de indenização. Outras ações pendentes questionam os decretos de homologação das áreas indígenas junto ao Superior Tribunal Federal. "Há uma tendência a que sejam rejeitados, que casos como estes, complexos, não devam ser discutidos em mandados de segurança, que é curto e não se destina a provar nada", destacou Valéria.

Povo fica à mercê da Justiça

Enquanto não se resolve pela saída dos fazendeiros, os índios chegam ao desespero. Uma das situações que mais preocupam é a da comunidade de Jaguapiré, no município de Tacuru. A área, de 2 mil 89 hectares, serve hoje a dois grandes fazendeiros: José Fuentes Romero e Otávio Junqueira de Moraes. Em 1984, os quase 200 índios que ali viviam foram despejados por ordem judicial. Em 1992 o ministro Célio Borja reconheceu a terra como sendo dos índios e as famílias guaranis que estavam aldeadas em Amambai decidiram voltar e ocupar um pedaço da fronteira sul da fazenda do Romero, e retomar suas atividades tradicionais.

Começaram a plantar a roça, semearam a terra e aos poucos readquiriram a antiga autonomia. Quando suas atividades se aproximavam da fazenda de Otávio Junqueira, ele entrou com um interdito proibitório na comarca de Iguatemi para impedir que os índios ocupassem a parte dele. A Polícia Militar foi convocada. Enquanto isso, o fazendeiro Rome-

ro, que já estava com ações na Justiça Federal em Campo Grande, entrou com uma cautelar de atentado pedindo a retirada dos índios. No final de novembro passado, o caso foi julgado e o juiz deu ganho de causa ao fazendeiro. O procurador da República em Mato Grosso do Sul, João Heliofar de Jesus Villar e a advogada do NDI pediram um prazo de 60 dias.

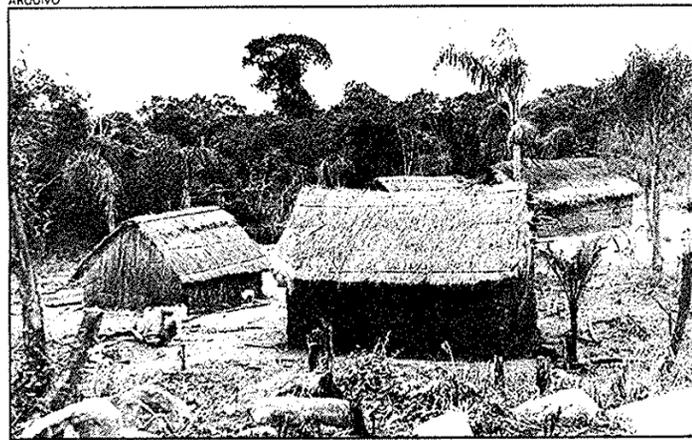
"O prazo vence agora, no dia 29 de janeiro, e já recorremos ao Tribunal Regional Federal em São Paulo, só que o juiz Pedro Rotta, da 1ª Seção daquele tribunal, não julga o caso", disse o procurador, destacando que o problema nas áreas guaranis não será resolvido enquanto a União não assumir, de fato, a demarcação. "Ela demarca e depois entrega para a Funai, que está abandonada, sem meios para executar qualquer interdição, fazendo apenas o papel burocrático sem assumir politicamente a decisão". Para Heliofar, se o problema ficar apenas nas mãos da Justiça não haverá solução antes de cinco anos.

Terras ficam com fazendeiros

A luta dos guaranis pela terra foi parar na Justiça. Embora a maioria das áreas esteja demarcada e homologada, os grandes fazendeiros que as detêm, de fato, com títulos de propriedade inclusive, não devolvem o que tradicionalmente pertence aos caiova e aos nhandeva. A Constituição é clara quando no parágrafo 6º do artigo 231 diz que são nulos e extintos os atos que tenham por objeto a ocupação, domínio e posse de terras indígenas, mas os fazendeiros sustentam que a terras não são dos guaranis e tentam invalidar até os decretos, assinados pelo Presidente da República, para a homologação das áreas.

O Núcleo de Direitos Indígenas (NDI), aliado ao Ministério Público de Mato Grosso, defende pelo menos dez grandes pendências judiciais dos guaranis. Segundo Ana Valéria Araújo, advogada do NDI, poucas comunidades resistiram e ficaram em suas áreas originais, enquanto outros milhares de índios encontram-se

ARQUIVO



Casa típica dos guaranis, maior comunidade indígena do País

concentrados em Dourados, Amambai, Caarapó, Sassoró e Takoapiry, entre outras, num processo de crescente miséria e desesperança. "Eles não conseguem viver sem as terras que o Executivo tanto demorou para demarcar e que, agora, a Justiça parece não querer reconhecer", disse Ana Valéria.

Segundo ela, quando a Funai começou a desenvolver o proces-

so de identificação das áreas, os fazendeiros entraram na Justiça com ações possessórias alegando que a terra era deles. Os índios passaram a ser considerados invasores. A partir de 1992, a juíza da 2ª Vara Federal do MS, Susana Gomes, concedeu todos os pedidos dos fazendeiros, no sentido de parar a ação da Funai, apesar do Estatuto do Índio assegurar que não se pode conceder liminar contra ato de demarcação.

Comunidades ficam pé

O processo de demarcação das áreas indígenas no Mato Grosso do Sul começou com a criação do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), no início deste século. Até 1935 foram demarcadas áreas num total de 19 mil 845 hectares. Mesmo assim, as fazendas foram se instalando, os fazendeiros obtiveram os títulos de propriedade e nas duas últimas décadas o problema se agravou, porque a intenção de aldear os índios continuou.

Seis comunidades resistem em suas terras e em outras áreas as famílias foram expulsas ou transferidas. Novas áreas foram demarcadas nos últimos dois anos, mas poucos índios as ocupam.

Os guaranis são tradicionalmente agricultores e em menor escala extrativistas. Vivem em grupos de aproximadamente cem pessoas em um área que eles denominam de tecoha. Segundo indicações do relatório do Cimi, a partir do dicionário Montoia, tecoha significa "o lugar onde se realiza o jeito de ser".

Índios somam quase 30 mil

Os índios guaranis se subdividem em três povos: os caiova ou pai-taviterão — como se autodenominam no Paraguai —, os Nhandeva, que também habitam o Mato Grosso do Sul, e os mbi'a, nos estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Dados da Funai apontam para uma população estimada em quase 30 mil, a maior nação indígena no Brasil. Em segundo lugar estão os ticunas, do Amazonas, que somam perto de 23 mil índios. Só no Mato Grosso do Sul, onde os caiova são maioria, há, conforme levantamento feito em abril do ano passado, 24 mil 400 indígenas guarani, incluídos cerca de dois mil índios dispersos pelas regiões.

Em uma análise realizada há dois anos pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi) os técnicos recolheram elementos históricos dos guaranis,

particularmente dos guarani-caiova, que descendem dos guaranis-itaim para explicar o contexto atual de resistência e do deste povo. Lembram que o seu território tradicional estava situado entre os rios Paraguai, Mboteté e Pira'Aguidaban e as terras de Xerez, e que no fim do século passado eles habitavam a região onde vivem atualmente, compreendendo toda o extremo sul do estado, desde o rio Apa, à divisa com o Paraguai.

O nome kaiowá, conforme os antropólogos do Cimi, significa etimologicamente, "o habitante da selva", do mato. Conforme destacam, este componente antropológico dos kaiowás "precisa ser profundamente compreendido, uma vez que é na abertura das fazendas e no consequente desmatamento que são encontradas as aldeias dos índios kaiowá". O território desse povo foi, no final do século passado, um palco de muitas lutas da Guerra do Paraguai. A fronteira divide as comunidades kaiowás do lado brasileiro daquelas que povoavam o lado paraguaio.